

JE

Jornal dos Economistas

Nº 341 Janeiro de 2018

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

O ano de 2018

Victor Leonardo de Araujo, Marcio Pochmann, Marcelo Dias Carcanholo e Carlos Frederico Rocha apresentam cenários para a economia brasileira e propostas de políticas econômicas em 2018.



Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) foi aliado da participação substantiva no mercado de tecnologia

Fórum apresenta resultados do projeto O Instituto de Economia Olha o Orçamento, do IE/UFRJ, sobre o OCA

Perspectivas econômicas para 2018

A primeira edição do ano oferece condições para uma reflexão sobre cenários para a economia brasileira e propostas de políticas econômicas em 2018.

Victor Leonardo de Araujo, da UFF, afirma em artigo que 2018 começa exatamente como 2017: com o ajuste fiscal como principal diretriz da política econômica. Ele classifica como chantagem do Ministério da Fazenda para aprovação da reforma da Previdência a disparidade entre a previsão de crescimento do PIB para a próxima década com reformas (3,7%) e sem (2%).

Marcio Pochmann, da Unicamp, acredita que, diante do padrão de saída das recessões passadas no Brasil e considerando a regressão do gasto público e a desorganização das finanças públicas anunciadas pela proposta orçamentária de 2018, não seria totalmente de se estranhar uma nova inflexão no comportamento do PIB brasileiro.

Marcelo Dias Carcanholo, da UFF, enfatiza que a trajetória de uma economia capitalista é necessariamente cíclica e, em algum momento, o Brasil sairá da recessão. Mas a combinação de uma demanda interna fraca e externa claudicante com a falta de condições que estimulem as empresas a investirem fazem a recuperação em 2018 parecer difícil.

Carlos Frederico Rocha, do IE/UFRJ, avalia que não há cenário para uma retomada do investimento em 2018. As maiores esperanças para o restabelecimento do crescimento econômico consistente, após a segunda maior recessão da história do país, estão depositadas na nova safra agrícola.

Fora do bloco temático, artigo de Wellington Leonardo da Silva, diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon), aponta o desmonte do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que foi em 2017 aliado pelo governo Temer da participação substantiva no mercado de tecnologia, ato mais recente de um processo de esvaziamento iniciado no governo Collor.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento apresenta os resultados do projeto O Instituto de Economia Olha o Orçamento (IEO\$), do IE/UFRJ, que analisou a evolução do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) no município do Rio de Janeiro.

Sumário

2018.....	3
<i>Victor Leonardo de Araujo</i>	
Otimismo ou chantagem?	
2018.....	5
<i>Marcio Pochmann</i>	
O ano novo com cara velha	
2018.....	7
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
A economia brasileira voltou a crescer. Será?	
2018.....	9
<i>Carlos Frederico Rocha</i>	
Democracia não tem atrator	
INPI.....	11
<i>Wellington Leonardo da Silva</i>	
O desmonte do INPI e o fim da transferência de tecnologia patrocinados pelo “governo” em exercício	
Fórum Popular do Orçamento	13
“Só é útil o conhecimento que nos faz melhor.”	
Corecon-RJ oferece cursos em 2018 para aprimorar a formação profissional de economistas e graduandos em Economia.....	16
Agenda de cursos	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblit, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Otimismo ou chantagem?

Victor Leonardo de Araujo*

O Ministério da Fazenda (MF) divulgou previsões para o desempenho da economia brasileira para o ano de 2018, adicionando um ponto percentual à taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) – de 2% para 3%. Para a próxima década, cravou em 4,5% ao ano na estimativa mais otimista e em 2% a estimativa mais pessimista. A estimativa intermediária, “com reformas”, é de crescimento do PIB de 3,7% a.a., quase o dobro da estimativa pessimista “sem reformas”. O único documento disponibilizado ao público é a apresentação em Power Point,¹ e nem no site do MF e nem no site da Secretaria de Política Econômica (SPE) foi disponibilizada qualquer nota técnica contendo os parâmetros das estimativas, tampouco os mecanismos que explicam a razão da enorme disparidade entre as estimativas com e sem as reformas. Tudo leva a crer que o governo resolveu chantagear a opinião pública para conseguir o apoio à reforma previdenciária, ameaçando com uma estagnação econômica.

O ano de 2018 começará exatamente como o de 2017: tendo o ajuste fiscal como principal diretriz da política econômica. Desta vez, os principais eixos consistem na reforma previdenciária e nas privatizações. Como sempre, o esforço

recai sobre variáveis associadas ao resultado primário, a despeito da despesa com juros equivaler a 69% de todo o déficit nominal do setor público, de 9% do PIB nos doze meses findos em outubro.

Em 2017 foi interrompida a série de oito trimestres consecutivos de queda do PIB. A recuperação da demanda externa pelos principais produtos básicos da nossa pauta exportadora amorteceu a economia, estimulando a atividade dos setores direta e indiretamente afetados. Com o mercado interno ainda enfraquecido, o setor industrial também encontrou fuga nas exportações, particularmente o setor automotivo. Já no *front* interno, a liberação das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) garantiu um pouco de fôlego ao combalido consumo das famílias. Neste cenário, a tão comemorada (pelo governo) redução da taxa de desemprego de 13,7% no primeiro trimestre de 2017 para 12,4% no terceiro trimestre ocorreu graças à precarização do mercado de trabalho: cerca de 1,4 milhão das novas ocupações correspondem ao emprego no setor privado sem carteira assinada (+393 mil novas vagas), aos “conta-próprias” (+782 mil novas “vagas”), ao trabalho familiar auxiliar (+157 mil) e ao trabalho doméstico (+69 mil), diante da redução em 705 mil ocupações no setor privado com

carteira assinada. Houve aumento de 240 mil vagas no setor público, e um acréscimo de 99 mil indivíduos declarando-se na qualidade de empregadores.²

Diante deste cenário, quais são as perspectivas para 2018?

A recuperação do mercado de trabalho, tendo o emprego informal como elemento central, não oferece perspectivas de uma recuperação mais robusta do consumo das famílias, salvo para a chamada indústria tradicional, mais sensível à recuperação da renda dos estratos mais pobres da população. Para a indústria de bens duráveis, cujo consumo depende do crédito concedido aos indivíduos que oferecem garantias mínimas asseguradas por relações formais de trabalho, o mercado interno permanecerá fraco. A reforma trabalhista contribuirá, mais rapidamente do que muitos imaginávamos, para adicionar um contingente enorme de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade ou nas condições mais precárias do mercado de trabalho. Exemplo disto é a Universidade Estácio de Sá, que anunciou a demissão de 1.200 professores e a reposição dessas vagas sob as novas condições vigentes após a reforma. Se a precarização atinge parte da força de trabalho com maior nível de escolaridade, espera-se um cenário ainda mais devastador para a força de trabalho com menor tempo de escolaridade.



Luiz Fernando Nabuco

A retomada mais robusta da atividade econômica depende do investimento. Aqui, duas frentes são possíveis. A primeira é representada pelo investimento privado. Neste sentido, os indicadores de ociosidade na indústria não são promissores. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria, a capacidade instalada do setor industrial, que era de 76,1% em outubro de 2016 (o pior desta recessão), passou para 77,7% em outubro de 2017 (dado mais recente), ainda muito distante dos 82,6% registrados na média dos três primeiros trimestres de 2013, quando a série de formação bruta de capital fixo das Contas Nacionais do IBGE ainda não tinha iniciado a queda.

A segunda frente é representada pelo investimento público, e este caminho também não é promissor. Segundo dados da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o investimento do Governo Central atingiu o equivalente a 0,62% do PIB no acumulado de janeiro a setembro de 2017. O investimento público tem sido fortemente estrangulado nas três esferas de governo desde o início do ajuste fiscal iniciado em 2015. Para que o leitor possa comparar: o investimento do Governo Central atingiu o equivalente a 0,99% do PIB em 2014, caiu para 0,65% do PIB em 2015, e atingiu 0,77% do PIB em 2016. Com efeito, a taxa de investimento total (formação bruta de capital fixo como proporção do PIB), que em

2014 alcançou 19,9%, vem declinando a cada ano: 17,8% em 2015, 16,1% em 2016, e 15,5% até o terceiro trimestre de 2017!

Neste sentido, chama a atenção a forte queda dos recursos federais destinados a dois dos programas do governo federal que até poucos anos atrás concentravam um pacote de programas vinculados ao investimento público. De janeiro a outubro de 2017, foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apenas R\$ 17,9 bilhões, contra R\$ 30,3 bilhões de janeiro a outubro de 2016, R\$ 37,4 bilhões para o mesmo período em 2015 e R\$ 63,9 bilhões, também de janeiro a outubro, em 2014. O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), parte integrante do PAC, recebeu, de janeiro a outubro de 2017, R\$ 2,2 bilhões de recursos do orçamento da União, contra R\$ 5,5 bilhões no mesmo período de 2016, e R\$ 19,1 bilhões no mesmo período em 2014.

A agenda econômica do governo Temer, embora anunciada como necessária para a retomada econômica, contribuirá muito mais para inibir em vez de estimulá-la. A reforma da previdência, se aprovada, dificultará o acesso de milhões de trabalhadores ao sistema de aposentadorias e pensões. Somente sob uma lógica perversa se pode acreditar, por exemplo, que a queda do padrão de vida imposta a uma viúva, impedida de acumular sua aposentadoria com a pensão de seu recém-falecido marido, trará

a retomada do investimento!

As privatizações, também anunciadas como oportunidades promissoras em razão dos investimentos esperados nos setores envolvidos, têm corado de vergonha até os liberais mais sinceros, pelo seu viés fiscalista e arrecadador. Ademais, seus defensores parecem desconhecer as lições deixadas por duas décadas de privatizações, concessões e parcerias público-privadas (pouco importa a modalidade), incapazes de engendrar um ciclo robusto de investimento privado, mesmo quando motivadas por ganhos que não os de natureza patrimonial.

Sob uma agenda tão inibidora do crescimento e sem perspectivas de destravar o investimento público, as possibilidades de retomada econômica ficam circunscritas a poucos setores da vida econômica. Ainda que as projeções para a economia mundial não sejam pessimistas, especialmente para os principais destinos das nossas exportações, também não se deve esperar da demanda externa dinamismo capaz de retirar a economia brasileira da letargia, sobretudo depois do movimento recente de especialização da pauta exportadora em produtos primários.

De positivo no horizonte de uma possível retomada da atividade econômica, há somente o excesso de capacidade ociosa que já mencionamos anteriormente, que permite espaço para algum crescimento no curto prazo sem a necessidade de capacidade produtiva adicional.

São recorrentes os episódios de recuperação mais forte depois de longos períodos de recessão, em geral por efeito estatístico. Assim foi na recessão do triênio 1981-1983, depois da qual o PIB cresceu à taxa média anual de 6,9% no triênio seguinte; ou na recessão do triênio 1990-1992, depois da qual o PIB cresceu 4,8% ao ano entre 1993 e 1995; ou mesmo na recessão de 2009, que foi seguida de um crescimento de 7,5% do PIB em 2010. Ainda assim, tais episódios de recuperação não foram “naturais”, mas acompanhados de algum estímulo, como o viés exportador que a política econômica assumiu depois de 1983; do afrouxamento da restrição externa que estrangiava o crescimento econômico até o início dos anos 1990; ou das isenções fiscais e do pacote de investimento público como resposta à crise de 2009. Este exercício comparativo é amplamente desfavorável ao processo de recuperação atual: míseros 0,9% para 2017 e 2,6% para 2018, segundo a média do Relatório Focus do Banco Central. Números menos otimistas que os do MF, mas perfeitamente compatíveis com a agenda Temer, inibidora do crescimento.

* É professor adjunto da Faculdade de Economia da UFF.

1 http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/2017/2017-12-14_grade-2017_site.pdf, acessado em 15/12/2017.

2 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ano novo com cara velha

Marcio Pochmann*

Após as duas piores décadas do século XX, quando o país conviveu com as fases da superinflação (1979-1994) e da desregulação neoliberal, o Brasil concebeu o período de ouro resultante da combinação do regime democrático com o crescimento econômico e a distribuição de renda, sobretudo do trabalho e das transferências públicas. Mas isso tem ficado cada vez mais distante.

No ano de 2016, a presidenta democraticamente eleita foi substituída arbitrariamente pelo condomínio de interesses que passaram a sustentar o governo Temer. Mesmo sem o apoio popular e negando as derrotas nas quatro últimas eleições pre-

sidenciais (2002, 2006, 2010 e 2014), as políticas de corte neoliberal voltaram a dominar a agenda governamental.

Com isso, o avanço do processo de secundarização da política no Brasil, que parece retroagir à época da escravidão (1500-1889), quando os interesses da Casa Grande governavam o país. Tanto fazia o partido vencedor nas eleições fraudadas da fase experimental da democracia censitária vigente na Monarquia (1822-1889), posto que os interesses dominantes da economia eram os que governavam a política e o conjunto da sociedade.

Naquela fase, nada mais liberal que um governo do partido conservador, ou mesmo nada mais conservador que o partido liberal no governo. O povo es-

tava de fora do orçamento público tanto no Estado Absolutista da monarquia como do Estado Mínimo da República Velha (1889-1930), cuja orientação privilegiada era o atendimento dos interesses econômicos dos ricos.

Nos dias de hoje, os tradicionais interesses da Casa Grande ganharam ares da modernidade capitalista, com a passagem para a expressão dos interesses do mercado. E, para tanto, o governo Temer tem se esforçado muito para subordinar, cada vez mais, a política aos interesses das forças de mercado.

Serve de bom exemplo à atualidade a Emenda Constitucional 95, que subordina os próximos cinco mandados presidenciais ao comprometimento dos interesses do mercado de 2016. Assim, o poder do voto popular sobre os próximos cinco presidentes encontra-se obstaculizado, uma vez que não cabe mais a simples possibilidade de escolhas na aplicação dos recursos públicos, salvo somente aqueles de interesses do mercado, como o pagamento dos juros, isenções e subsídios fiscais e creditícios.

Com isso, deve-se assistir, nas próximas duas décadas (2018-2028), à queda relativa das despesas públicas em relação ao Produto Interno Bruto, especialmente no caso dos gastos sociais. Em contrapartida, o exorbitante comprometimento orçamentário com o pagamento dos juros da dívida pública, por situar-se distante do radar do Mercado, manteve-se intocável, somente contido na con-



tenção das despesas voltadas ao interesse do conjunto da população, sobretudo os pobres.

Os chamados porta-vozes do mercado, bem como os demais infiltrados nos meios de comunicação, consultorias e outros profissionais à disposição da disputa ideológica capitalista, repetem à exaustão que o povo não cabe mais no orçamento público. Em não podendo se estabelecer o recurso revogatório das medidas adotadas por Temer, os governos, eleitos ou não a partir de 2018, tenderão a ser mera expressão da secundarização da política aos interesses do mercado.

Dessa forma, o regime democrático, se existente, substituirá a sua essência da representação popular pela mera aparência, tal com observado nos períodos da Monarquia e da República Velha. Sem o poder do voto popular, a eficácia da democracia se reduz, impedindo que a maioria do povo possa decidir diferentemente dos interesses do mercado. No tempo da escravidão, o



Gráfico 01 - Brasil: Evolução da variação trimestral* do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado (em %)



Fonte: IBGE.

* trimestre/trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

povo estava excluído do regime censitário, o qual acolhia apenas a participação eleitoral de homens, ricos e alfabetizados, o que significava participação de algo equivalente a menos de 1/10 da população.

Já se sabe que o governo Temer esvazia a presença dos pobres no orçamento público com diversas mudanças nas políticas públicas para conter o gasto público operacional, não financeiro. Mas, para, além disso, ele também procura inviabilizar o poder do voto popular contrário aos interesses do mercado.

Sem a retomada da soberania da política, a economia fica a reboque. Percebe-se como o comportamento da economia vem sofrendo com a secundarização da política. Em 24 de junho de 2016 (11 dias após o afastamento da presidenta Dilma), por exemplo, uma nota do Ministério da Fazenda dirigido por Henrique Meirelles definia: “A situação do Brasil é de solidez e segurança porque os fundamentos são robustos. O país tem expressivo volume de reservas internacionais e o ingresso de investimento

direto estrangeiro tem sido suficiente para financiar as transações correntes. As condições de financiamento da dívida pública brasileira permanecem sólidas neste momento de volatilidade nos mercados financeiros em função de eventos externos. O Tesouro Nacional conta com amplo colchão de liquidez. A dívida pública federal é composta majoritariamente de títulos denominados em reais. Além disso, o governo anunciou medidas fiscais estruturantes de longo prazo. A recente melhora nos indicadores de confiança e na percepção de risco do país reflete essas ações. Nesse contexto, o Brasil está preparado para atravessar com segurança períodos de instabilidade externa”. Ou, ainda, o Comunicado do Banco Central do Brasil na mesma data: “A economia brasileira tem fundamentos robustos para enfrentar movimentos decorrentes desse processo, especialmente, relevante montante de reservas internacionais, o regime de câmbio flutuante e um sistema financeiro sólido, com baixa exposição internacional”.

Mas quando se considera a variação do PIB trimestral contendo ajustes sazonais, percebe-se

que a substituição da presidente Dilma no ano passado não terminou por interromper a recessão, uma vez que ela terminou se aprofundando no segundo semestre de 2016. Conforme o gráfico abaixo, a queda do produto, cuja intensidade vinha sendo reduzida (de -1,2%, no 4º tri de 2015 para -0,3% no 2º tri de 2016), voltou a se acelerar negativamente no segundo semestre de 2016.

A expectativa de saída da recessão econômica prolongada pelo governo Temer vem sendo difundida mais como propaganda enganosa do que sustentada empiricamente. Com base no desempenho do PIB trimestral, percebe-se que ela se encontra em rota de importante desaceleração.

Pelo mesmo gráfico, constata-se que o 1º trimestre de 2017 apresentou expansão de 1,3%, decaindo a partir de então, para chegar em 0,1% no 3º trimestre deste ano. Ou seja, não há, infelizmente, indicação consistente de recuperação sustentada da economia nacional.

Diante de enorme ociosidade nos setores produtivos, os inves-

timentos não se reconstituem. O que há, de fato, é uma ampla torcida por parte do condomínio de interesses que sustenta o governo Temer para que o país possa superar os problemas que o próprio governo tem procurado tornar ainda mais graves para o conjunto da população, especialmente os trabalhadores, que seguem sem emprego, quando muito o subemprego, e, cada vez mais, excluídos das políticas sociais.

Por fim, em relação ao padrão de saída das recessões passadas, observa-se que nas duas maiores (1981-93 e 1990-92), após um ano de melhora, houve nova queda do PIB. Após decair em 1981 (-4,3%), a economia registrou variação positiva do PIB em 1982 (0,9%), para cair novamente em 1983 (-2,9%). O mesmo ocorreu em 1990 (-4,3%), que após variação negativa, registrou leve melhora em 1991 (1,0%) e tornou a decair em 1992 (-0,5%).

Diante disso e considerando tanto a regressão do gasto público como a piora na desorganização das finanças públicas anunciadas pela proposta orçamentária do governo Temer para o ano de 2018, não seria totalmente de se estranhar uma nova inflexão no comportamento do PIB. Essa possibilidade pode ser completamente afastada desde que a política econômica e social antipovo do atual governo seja substituída por políticas de defesa da produção, do emprego e da renda nacional. O povo não esquece os governos que tem e que teve.

* É professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A economia brasileira voltou a crescer. Será?

Marcelo Dias Carcanholo*

Opretenso saber econômico ortodoxo e conservador, que dá a coloração ideológica deste novo governo pós-golpe, tenta fazer crer que, finalmente, a economia brasileira teria retomado seu crescimento. Aliado a grande parte da mídia, o objetivo é procurar legitimar, minimamente, um governo que apresenta pífos 3% de popularidade. Ao menos assim é que essa mídia apresenta. O mais correto seria constatar que 77% da população brasileira considera o governo ruim ou péssimo, e 16% o avaliam como regular.

A melhora da economia seria uma tentativa (talvez a última) de legitimar um governo completamente ilegítimo. Vamos aos fatos, tão valorizados por esse bloco de poder para deslegitimar qualquer contraponto, como se a discussão ideológica fosse independente da realidade, dos fatos.

Dados divulgados recentemente parecem atestar a tese governista. A FGV, com seu Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), chegou a sentenciar: a recessão acabou no final de 2016!

O primeiro motivo para a esperança governista é que o PIB cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2017, comparando com o trimestre anterior. Isso foi alardeado pela imprensa, chegando a ser rotulado como um crescimento sustentado, o que, em si, já seria risível. Mas o alento deveria provir das informações que esse resultado contém. Se comparado com o mesmo período do ano anterior, o crescimento seria de 1,4%. Trata-se de um resultado razoável, mesmo que inferior

à expectativa do chamado mercado.

A composição desse crescimento mostra que, considerando o dado anualizado, os setores de serviços (1%), indústria (0,4%) e destacadamente a agropecuária (9,1%) sustentaram a pretensa retomada. O pífo resultado do setor industrial pode ser relativizado se observados alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar, o leve crescimento no terceiro trimestre, se comparado com os anteriores, ocorreu com base em uma revisão para cima que o IBGE realizou para os resultados dos dois primeiros trimestres de 2017. Os dados do crescimento do PIB para o primeiro e segundo trimestres, já com a revisão, foram, respectivamente, de 1,3% e 0,7%. Pode parecer pouco, mas até o final de 2016 esses resultados eram negativos.

Em segundo lugar, os investimentos parecem reagir. O crescimento, em termos de demanda, foi puxado pelo crescimento do consumo das famílias (1,2%) e, o mais alentador, pela formação bruta de capital fixo (1,6%). Este último é um sinalizador da retomada dos investimentos, e é o primeiro resultado positivo depois de 15 trimestres.

Além disso, a taxa de desemprego está caindo, embora resista em patamares elevados (12,2% da população economicamente ativa). No primeiro trimestre tinha sido de 13,3%, e no segundo 12,6%.

Tudo isso em um contexto em que os juros básicos estão sendo reduzidos e a inflação convergindo para o centro da meta inflacionária. A taxa Selic se encontra em 7% ao ano. Quanto à inflação, o tal mercado já prevê índices inferiores aos 3% no final deste ano,

embora sua acurácia para tais fenômenos seja constantemente ridicularizada pela realidade concreta.

Com esse cenário todo favorável, e com o incenso explicitamente comprometido da grande imprensa, parafraseando uma analista insuspeita do tal mercado, “por que a sensação de crise persiste mesmo com a recuperação da economia?”¹ Vamos deixar de lado os pseudoargumentos que lá existem, como por exemplo, a crise política, para concentrar-nos no que é oferecido de “argumento econômico”.

O primeiro “argumento” apresentado é o de que a crise foi tão profunda que a economia brasileira levará um tempo ainda para se recuperar por completo; estima-se que seja em 2020! Relacionado a isso, a grande capacidade ociosa acumulada retarda a retomada sustentada dos investimentos, isto é, da decisão de ampliação dessa capacidade produtiva. Um terceiro “argumento” é que a expansão do consumo das famílias estaria limitada, ainda, pelo elevado peso do endividamento familiar. Por último, e talvez este seja o principal argumento, os indivíduos não percebem que a recessão terminou porque as taxas de desemprego ainda são elevadas, o que elevaria a sensação (sic) de estagnação econômica.

Não é preciso uma formação básica em Ciências Econômicas tão forte assim para deduzir o óbvio. A resposta para a pergunta “por que a sensação de crise persiste mesmo com a recuperação da economia?” é: porque a crise não acabou! Se a recuperação não ocorreu ainda, porque a crise foi profunda, então – com o perdão da





redundância – a recuperação não ocorreu. Se o investimento acelerado ainda não ocorreu, vivendo ainda do preenchimento da capacidade ociosa, é porque os empresários não vislumbram mercados (demanda) em expansão para justificar tal decisão, ou seja, continuamos em crise. Se o consumo das famílias também possui restrições para maior crescimento é porque algo o impede, a crise. Por último, se o desemprego continua elevado é porque a retomada não aconteceu, ainda.

Não é por outra razão que esse saber econômico convencional continua com seu mantra em prol do ajuste fiscal recessivo e mais reformas liberalizantes. Essa é a conclusão de toda a argumentação. Segundo esse saber, trata-se de con-

dição necessária e suficiente para o crescimento. Essa forma de pensar não é uma enfermidade restrita ao nosso país. Em todo o mundo a economia capitalista está buscando sair da crise repassando o custo do ajuste para a classe trabalhadora. Reduções salariais, elevação do desemprego (ou emprego crescente só de baixa qualidade, informal), ajuste fiscal recessivo e reformas liberalizantes formam o pacote do neoliberalismo contemporâneo.

Para ser sinceros, não há nenhuma impossibilidade no capitalismo que impeça o crescimento acompanhado de distribuição regressiva de renda e riqueza, ainda que o desconhecimento desse fato ainda assombre pretensos heterodoxos, como Piketty. A elevação da concentração não constitui im-

peditivo para o crescimento capitalista, ao contrário do que pensa certa parte do reformismo.

A pergunta central para a economia brasileira, em 2018, permanece: é possível que seja o ano da retomada? Possível sempre é, até porque a trajetória de uma economia capitalista é necessariamente cíclica. Portanto, em algum momento será. Mas já para o ano que vem?

Parece difícil. Por menor que seja o custo de contratação da força de trabalho (reduções salariais, reformas trabalhista e previdenciária), isso não é garantia que as empresas retomem de forma sustentada a produção. É preciso que elas visualizem a venda dessa produção e, mais importante, a uma taxa de retorno que compense os custos.

A demanda externa conti-

nua claudicante. As exportações até cresceram no terceiro trimestre de 2017, comparando com o trimestre anterior, em 4,1%, mas em ritmo inferior ao das importações (6,6%). A demanda interna se compõe dos trabalhadores, com tendência de redução de suas rendas, e mesmo que a massa salarial suba frente à redução salarial, em função da maior contratação, não subirá a ponto de sustentar o crescimento da economia. Além disso, a demanda interna também é composta pela demanda do governo, seja pelas despesas líquidas não-financeiras, seja pelos investimentos estatais. O atual contexto de ajuste fiscal recessivo não nos permite vislumbrar dinâmica de crescimento por essa via.

Só restaria, portanto, uma saída: a demanda das próprias empresas, o investimento – justamente, segundo alguns, a mais dinâmica em uma economia capitalista. Por que uma empresa investe? Porque espera vender a uma taxa de lucro razoável, condizente com outras taxas de retorno alternativas, a taxa de juros por exemplo. Mas se os outros componentes de demanda não parecem sustentar essa expectativa, só resta uma chance. Empresas comprando de empresas. Alguém precisaria começar, dando o primeiro impulso. Quem se candidata? Talvez nem as empresas que façam parte da base de sustentação do tal governo ilegítimo.

* É presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), professor associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF).

1 Matéria da BBC Brasil, em 01/12/2017, assinada por Camilla Veras Mota, disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42190110>.

Democracia não tem atrator

Carlos Frederico Rocha*

Em dezembro, saíram dois artigos na Folha de São Paulo alertando para a lentidão da retomada do crescimento após a crise que se iniciou no primeiro semestre de 2014, por Laura Carvalho e Nelson Barbosa. Desde então até o quarto trimestre de 2016, foram 8,2% de queda do PIB. Trata-se da segunda maior recessão da história do país, perdendo apenas para a recessão do início da década de 80 e a mais longa, com 11 trimestres consecutivos de redução do PIB, empatando com a recessão do início do governo Collor. A primeira recessão decretou o fim do regime militar, tendo sido eleito de maneira indireta o primeiro civil desde 1964. A segunda teve como resultado a queda do primeiro presidente eleito diretamente desde o início do regime militar. Esta definiu o afastamento da Presidente Dilma, primeira mulher a

ocupar a liderança do país.

Nos meses que antecederam o afastamento da Presidente Dilma Roussef, alguns economistas, baseados em experiências tupiniquins e de rincões da América Latina, argumentavam que havia utilidade na quebra institucional, dada a necessidade de reformas ou a necessária arrumação dada a crise de governabilidade que vivíamos naquele momento. Talvez seja de Reinaldo Gonçalves o texto mais consistente e profundo a respeito das perspectivas de retomada. Escreve o professor Gonçalves, “considerando a experiência latinoamericana, essa retomada implica alcançar taxas de crescimento médio anual do PIB equivalentes à taxa de longo prazo (mediana de 3,1% no período 1980-2014) a partir do segundo ano de reequilíbrio”. A previsão seria, então, uma curva em formato de V, em que, a partir do segundo ano, a economia convergiria para a sua média histórica.

A comparação dos afastamentos de Collor e Dilma pode lançar alguma luz sobre a análise do professor Gonçalves (ver gráfico 1). O afastamento do presidente Collor ocorreu no quarto trimestre de 1992. Nesse momento, já havia uma retomada do crescimento que foi desacelerada nos trimestres subsequentes, para depois ser retomada. Assim, o afastamento de Collor ocorreu distante do vale. No período Collor, o principal problema era a inflação e sua solução ocorreu durante 1994, sendo seguida de uma expansão.

O afastamento da presidente Dilma ocorreu entre o segundo e o terceiro trimestres de 2016. Não só o período subsequente ao afastamento não apresentou crescimento, quanto a retomada vem ocorrendo, como afirma Laura Carvalho, a taxas muito inferiores àquelas previstas pelo professor Gonçalves.

Mas em que se baseou a tímida retomada do crescimento após a queda da presidente Dilma? No gráfico 2, está exposta a variação dos grandes agregados de gasto. Percebe-se que o gerador da crise foi a grande queda da formação bruta de capital. O início dessa queda se deu pela redução do investimento público, mais especificamente, da Petrobras. A retomada parece ser representada pelas exportações, mas é, imediatamente, acompanhada pelo crescimento das importações, reduzindo o seu impacto positivo. Em todo o período, há queda do consumo do governo e, após o primeiro trimestre de 2017, há uma pequena subida do consumo privado.

Então, foi nas exportações, e mais especificamente na grande safra agrícola de 2017, que se baseou a pequena retomada que vivemos neste momento. Será que ela indica bons augúrios para o ano que vem?

A minha resposta segue a trajetória proposta pelo professor Gonçalves: a política. O reordenamento do quadro político durante e após o afastamento da Presidente é marcado pela retomada de uma agenda liberal dos anos 90, adicionada a uma falta de projeto econômico e social para o Brasil. A partir da entrada do presidente em exercício Temer, quatro grandes peças legis-



lativas foram aprovadas: (i) a criação de um teto de gastos para o governo com o objetivo de reduzir a participação do gasto público na medida em que o crescimento seja retomada, (ii) uma lei que autoriza a terceirização de atividades fins da firma, tornando possível a contratação de mão de obra como pessoa jurídica, (iii) uma reforma trabalhista; e (iv) o final da TJLP, caminhando na direção de redução do papel do BNDES como financiador do investimento de longo prazo no país e buscando a convergência das taxas de juros de curto e longo prazo.

A reordenação no mercado de trabalho provocada pela reforma da legislação trabalhista vem sendo pano de fundo para manchetes de jornais, onde são anunciadas demissões em massa em grandes empresas do setor serviços e a subsequente recontração com salários mais baixos, mas sem a expansão do número de vagas. A continuidade desse quadro deve marcar um evidente limite para o crescimento do consumo privado, depen-



dente dos salários, no próximo ano.

A criação de um teto governamental de gastos representa, na verdade, um amortecedor do crescimento. Não importa o nível de crescimento das demais variáveis, a variável consumo governamental não poderá sair do nível preestabelecido dos gastos de 2016. Pior, essa variável criará instabilidade econômica, na medida em que fica claro que a Emenda Constitucional 95 não poderá ser cumprida em 2019. Assim, o governo que assumir após as eleições (caso ocorram) deverá lidar com o fato de que seus gastos obrigatórios necessariamente ultrapassarão o teto constitucional delimitado, deixando a ele duas opções. De um lado, o governo poderá realizar uma reforma da previdência que necessariamente deverá ter impacto de longo prazo, além de reduzir ainda mais os gastos em educação e saúde, como preconizado pelo recente Relatório do Banco Mundial.¹ De outro lado, o governo terá a opção de revogar o teto dos gastos, gerando incerteza sobre o controle das contas públicas. Ainda que essa segunda possibilidade possa trazer alguma esperança para alguns, a sua relação com qualquer expectativa formada em 2018 para o ano seguinte poderá gerar instabilidade no cenário cambial, comprometendo variáveis importantes como inflação e juros.

Assim, não há cenário para uma retomada do investimento em 2018. Todas as esperanças estarão depositadas na nova safra agrícola. Vem-me, então, à mente Jô Soares e seu personagem, Dr. Sardinha, que, lá no final da década de 70, ironizava o Ministro Delfim Neto, em sua trajetória do Ministério da Agricultura para o Ministério da Fazenda. Naquela época, marcada pela maior reces-

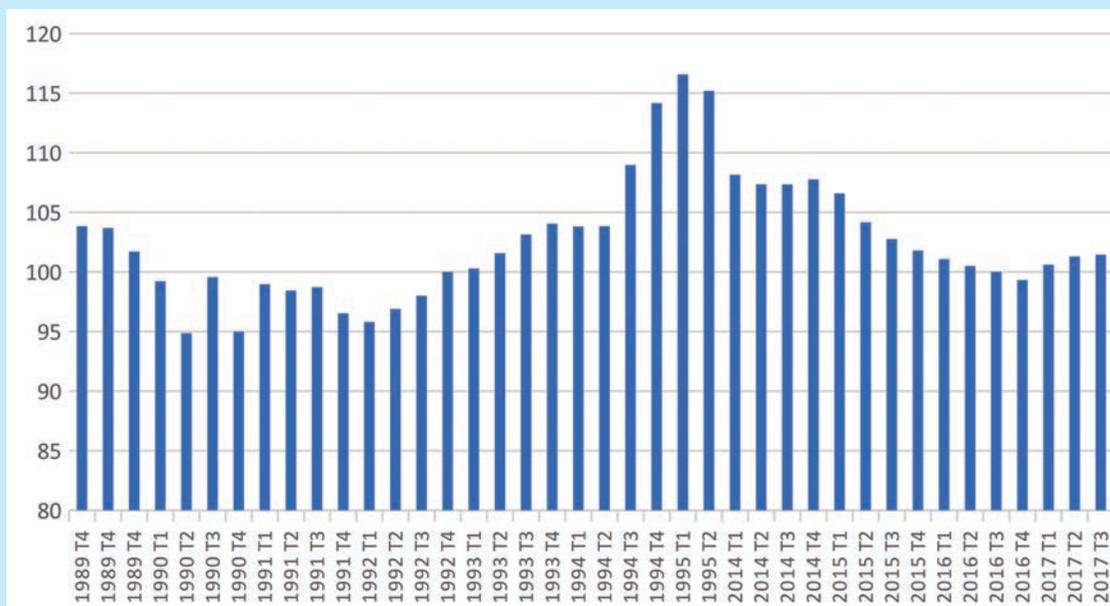
são da história e fim de outro ciclo político, restava ao Ministro da Fazenda torcer pela safra agrícola. A autorização do quadro de humor representava o fim de um período obscuro de nossa história. Medianas das taxas de crescimento são uma estatística, não uma

previsão. Quebras institucionais nem sempre atendem aos nossos desejos e a democracia não tem atrator neste continente.

* É professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

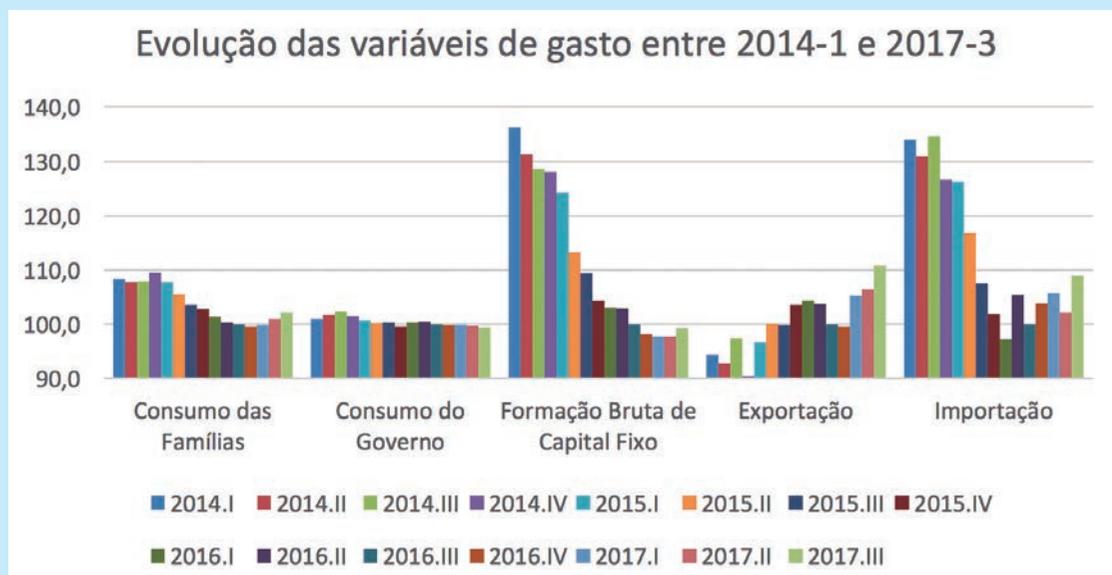
¹ O relatório “Um Ajuste Justo” propõe a redução de 1,5 ponto percentual do PIB do gasto governamental em educação. Além do óbvio impacto de medidas desse tipo no crescimento de curto prazo, elas comprometem as condições básicas para o desenvolvimento de longo prazo do país tendendo a nos aproximar de pares africanos.

Gráfico 1 – Evolução do PIB trimestral nas crises vividas pelo governo Collor e pelo governo Dilma



Fonte: IBGE.

Gráfico 2 – Evolução trimestral das variáveis de gasto na crise econômica atual, base 100=terceiro trimestre de 2016



O desmonte do INPI e o fim da transferência de tecnologia patrocinados pelo “governo” em exercício

Wellington Leonardo da Silva*

O INPI é o órgão do governo federal responsável pela concessão de patentes referentes a invenções e pelo registro de marcas comerciais. Além disso, foi o responsável, durante décadas, pelos procedimentos de registro público de contratos que licenciam ou alienam esses direitos de propriedade industrial e implicam a transferência de tecnologia e as remessas de divisas referentes a elas. Podemos dizer que o INPI tem uma longa tradição e desempenha papel relevante na defesa do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil¹ através destas responsabilidades. Todavia, a partir da abertura econômica que teve início no Governo Collor, as atividades regulatórias e fiscalizatórias do INPI foram sendo gradualmente enfraquecidas e esvaziadas, em sintonia com a lógica de minimização da ação estatal. Até que, em 2017, cerca de um ano após o golpe consumado, o INPI é alijado pelo “governo” da participação substantiva no mercado de tecnologia. A esta altura o leitor deve estar se perguntando o que isso tem a ver com sua vida e a luta diária para sobreviver no Brasil.

Como toda boa resposta a uma pergunta complexa, precisamos fazer breve resgate histórico da natureza do problema para poder dimensionar sua real importância e, só depois, permitir que a consciência, devidamente informada, se engaje na defesa que lhe convier (a qual,

esperamos, seja a da soberania nacional frente aos interesses econômicos das grandes corporações estrangeiras).

O INPI foi criado em 1970 (Lei nº 5.648/70), com a missão inicial descrita da seguinte forma (Artigo 2º):

“O Instituto tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica.”

“Parágrafo único. Sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas, o Instituto adotará, com vistas ao desenvolvimento econômico do País, medidas capazes de acelerar e regular a transferência de tecnologia e de estabelecer melhores condições de negociação e utilização de patentes, cabendo-lhe ainda pronunciar-se quanto à conveniência da assinatura, ratificação ou denúncia de convenções, tratados, convênio e acordos sobre propriedade industrial.”

Contudo, como dito anteriormente, esta missão foi revista e reduzida no contexto de desregulamentação e liberalização que marcou os anos 1990, como se observa na nova redação do Art. 2º presente na Lei nº 9.279 de 1996²:

“O INPI tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assi-



natura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial.”

Desse modo, resta claro como o INPI abdicou da função de orientar e, em alguns casos previstos na política industrial oficial, como, por exemplo, no período conhecido como o de substituição de importações, escolher a tecnologia considerada conveniente e realmente impactante para o desenvolvimento econômico do País. Muito em-

bora tal restrição tenha representado uma mudança importante para a formação da infraestrutura econômica nacional (um dos impactos mais sentidos foi a expressiva expansão das remessas de royalties ao exterior), o INPI ainda manteve certas condições de fomento no mercado interno, dando orientações mínimas para a realização de contratos, constringendo possíveis abusos e questionando ações restritivas ao pleno desenvolvimento das atividades produtivas e inovado-

ras das empresas nacionais.

Mesmo depois de tantas “flexibilizações”, durante muitos anos os diversos governos que se sucederam à entrada em vigor da nova legislação, e também o próprio Instituto, continuaram a sofrer enorme pressão de organizações empresariais e seus escritórios de advocacia para que o mercado de tecnologia fosse totalmente liberalizado. Desta forma, as grandes empresas contratantes, nacionais e estrangeiras, poderiam passar a gozar de absoluta liberdade para estabelecer os deveres e as obrigações que bem entendessem, entre si, à revelia da posição dos agentes residentes (seguidores tecnológicos com limitada capacidade de desenvolver tecnologia autonomamente), ignorando qualquer contrapartida à sociedade e ao seu interesse de obter a máxima vantagem e capacitação por meio das tecnologias importadas dos países centrais. Depois de enfrentar a resistência solitária da área técnica do INPI dedicada ao trabalho, essas pressões finalmente lograram êxito, e com o suporte do “governo” de Michel Temer conseguiram impor uma agenda concentradora de riqueza, a partir da elaboração e implementação da Instrução Normativa INPI/PR Nº 70, em 1º de julho de 2017, que determinou que a Coordenação Geral de Contratos de Transferência de Tecnologia (CGTEC), antiga Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros (DICIG) do INPI, deixasse de analisar os contratos de maneira integral. Desse modo, foi afastada a responsabilidade do Instituto de verificar a conformidade dos contratos à legislação fiscal e à legislação de remessas de royalties do Brasil (que

definem, conjuntamente, limites da dedução do imposto de renda, prazos restritivos à manutenção do vínculo contratual e condições a serem observadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico).

Como resultado disto, o Certificado de Averbação, documento final expedido pelo INPI que dá ao detentor a autorização para envio de pagamentos ao exterior e ainda o habilita a receber o benefício de redução na alíquota de imposto de renda (contrapartida oferecida por razão das externalidades positivas da entrada de tecnologia no país), não mais reflete a análise criteriosa das cláusulas de “prazo” e “valor” e eficácia da transferência, passando a considerar apenas as informações declaradas pelas próprias empresas nos contratos. A avaliação dessa trajetória histórica revela a enorme gravidade desta simplificação para o futuro do Brasil.

É importante destacar outra dimensão de ilegitimidade dessa medida governamental drástica, a saber: além de esta favorecer grupos de interesse privado, a nova normativa não foi acompanhada de mudança na legislação, ou seja, carece até mesmo de respaldo jurídico. A proposta de alteração do papel do INPI no âmbito da análise dos contratos de transferência de tecnologia, com a justificativa de que se faz necessário apenas garantir efeitos perante terceiros, deveria não só estar estritamente condicionada a atos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, no sentido de alterar, de fato, as disposições legais vigentes relativas ao papel do INPI³, mas também respeitar o interesse de toda a sociedade, primordialmente afetada pelas mudanças.

Diante da inegável relevância pública do assunto e do desenvolvimento tecnológico e econômico do país, a fim de que o INPI possa desenvolver suas atividades regulatórias e fiscalizatórias em plenitude, em estrita consonância com suas atribuições constitucional e infraconstitucional, devem lhe ser assegurados mecanismos efetivos de ação. Tais mecanismos devem permitir ao INPI proceder, *ex ante*, a análise substantiva da documentação que lhe é apresentada, à luz de todo arcabouço legal pertinente, isto é, a legislação fiscal, de remessa de capital e de direito de propriedade industrial em vigor, de modo a garantir a integridade do sistema e resguardar as reservas cambiais nacionais de possíveis desfalques irregulares, bem como zelar pelo equilíbrio macroeconômico e o mercado interno que constituem patrimônio do País. Não reconhecer a competência histórica e específica do INPI para levar a efeito ações no âmbito da atividade industrial interna, a exemplo de intervenções contratuais na órbita tecnológica, desatende a regra inserta no art. 240 da Lei 9.279/96, por inobservância do seu núcleo normativo⁴.

Hoje, o país e o mundo se encontram em um contexto preocupante; vivemos uma crise econômica sem precedentes e um verdadeiro estado de exceção, em que uma das consequências mais cruéis é o desmonte total da máquina pública voltada ao interesse da sociedade enquanto totalidade. A cada dia, mais direitos individuais e coletivos são sobrepujados pelas elites que estão no poder e governam para poucos sem o menor pudor. O reflexo disso nas instituições que pro-

movem o interesse público é o seu crescente sucateamento e o descredenciamento de seu papel.

*É diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon)

1 A atuação histórica do INPI na averbação dos contratos de licenciamento de direitos de propriedade industrial e registro dos contratos de fornecimento de tecnologia e franquia observa, primariamente, a legislação do direito de propriedade industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996), e, acessoriamente, a legislação cambial (Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, Decreto nº 55.762 de 17 de fevereiro de 1965) e fiscal (Lei nº 3.470 de 28 de novembro de 1958, Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964, Lei nº 8.383 de 30 de dezembro de 1991, Portaria nº 436 de 30 de dezembro de 1958 do Ministério da Fazenda e demais portarias deste Ministério, Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Instrução Normativa nº 1.700 de 14 de março de 2017) para balizar suas decisões.

2 O Brasil, assim como diversos outros países do mundo, promoveu uma reforma na legislação nacional de patentes por razão do fim da Rodada Uruguai do GATT, que deu origem a instituições como a OMC, sob ampla influência do Consenso de Washington e das políticas neoliberais de desregulamentação dos fluxos de capitais e redução das intervenções estatais nas economias.

3 A alteração introduzida pelo artigo 240 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, retirando o Parágrafo Único do artigo 2º da Lei nº 5.648 de 11 de dezembro de 1970, que criou o INPI, não revogou as competências delegadas ao INPI pelo Banco Central do Brasil, conforme Resolução BACEN nº 3.844/2010 e pela Secretaria da Receita Federal, conforme Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Instrução Normativa nº 1.700 de 14 de março de 2017.

4 A decisão do Supremo Tribunal de Justiça no Acórdão do Recurso Especial nº 1.200.528 - RJ (2010/0122089-1) de 16/02/2017, relatado pelo Ministro Francisco Falcão, reforça tal entendimento, ao estabelecer que, ao se outorgar competência a determinado órgão (no caso, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial), faz-se necessário equipá-lo com instrumentos efetivos de ação regulatória.

“Só é útil o conhecimento que nos faz melhor.”

Sócrates

No segundo semestre de 2017, o FPO participou como parceiro externo do curso de extensão “IEO\$ - O Instituto de Economia Olha o Orçamento”, iniciativa do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) com a coordenação dos professores Alexandre Freitas e Karla Lundgren. O projeto buscou integrar a pesquisa no âmbito do orçamento público – no qual colaboramos com o conhecimento técnico – à comunidade externa a universidade, compartilhando os conhecimentos adquiridos com agentes sociais interessados no assunto. Tais esforços realizados culminaram em um seminário realizado no dia 14 de dezembro, no auditório Pedro Calmon, onde os alunos apresentaram o resultado de suas pesquisas para outros discentes, docentes, conselheiros tutelares, líderes comunitários, entre outros agentes.

Nesta matéria, iremos explicar a trajetória do projeto, o conteúdo da pesquisa e os resultados obtidos.

Todos os dados foram deflacionados para setembro de 2017 pelo IPCA-E¹.

O Instituto de Economia Olha o Orçamento - IEO\$

O projeto de extensão IEO\$ nasceu como uma primeira experiência no campo do orçamento público como foco de uma extensão universitária, que buscou promover ações na sociedade, levando a pesquisa para além da universidade. Nesse contexto, o FPO foi convidado a participar como parceiro externo, municiando os participantes no que diz respeito ao conhecimen-

to técnico e conceitual.

Primeiramente, os alunos assistiram às oficinas realizadas pelo FPO, com o conteúdo básico necessário para compreenderem os conceitos, o processo orçamentário e as obrigações jurídicas presentes nas peças orçamentárias. E o objeto selecionado foi o Orçamento Criança e Adolescente (OCA). Após desmistificarem o orçamento, passaram à fase de coleta de dados, com o objetivo de traçar a trajetória do OCA entre 2002 e 2016, segundo a metodologia apresentada na cartilha “De Olho no Orçamento Criança”². De modo mais específico, foi examinada a trajetória de algumas ações selecionadas por conselheiros tutelares e de direito afins em pesquisas realizadas em 2012 e 2016.

A coleta de dados foi acompanhada pela equipe do FPO junto aos professores e extensionistas. À medida que avançavam as pesquisas, diversos encontros continuaram a acontecer, visando ao debate e aperfeiçoamento do estudo.

Ao fim de um semestre de trocas entre alunos, professores e agentes externos, realizou-se o seminário “A Extensão Universitária e o Orçamento Público: uma apresentação do histórico do OCA” no dia 14 de dezembro, que contou com a presença de representantes da Associação dos Conselheiros do Tutelares do Estado, do Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip) e do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca). Nele, os alunos apresentaram a pesquisa do OCA que realizaram ao longo do semestre, seguidos por uma breve apresentação do FPO, que contribuiu para o debate acerca do assunto. A seguir os resultados obtidos.

A importância do OCA

O OCA foi escolhido como objeto de estudo por possibilitar a verificação do grau de prioridade dada às políticas públicas voltadas à redução de vulnerabilidade das crianças e adolescentes da cidade. E assim, a partir do orçamento

destacado, fortalecer a luta por reivindicação de direitos da população mais jovem.

A pesquisa do OCA deve começar pela identificação das funções e subfunções³ orçamentárias apontadas como correspondentes às áreas de Assistência Social, Educação e Saúde.

Divididos em grupos para cada uma das três áreas de atuação, os extensionistas estudaram o panorama das despesas do OCA, realizando gráficos e análises baseados nos números encontrados. Ressalta-se que cada área de atuação é composta por funções orçamentárias. A Assistência Social é composta pelas funções Assistência Social e Direitos de Cidadania; Educação pelas funções Educação, Cultura e Desporto e Lazer; e a Saúde, pelas funções Saúde, Habitação e Saneamento.

O peso do OCA no orçamento total do Rio representou, em média, 22% no período entre 2002 e 2016 (gráfico 1). Porém, crianças e adolescentes representam 27% da

Gráfico 1 – Peso do oca no orçamento total do município



Fonte: Prestação de Contas 2002 - 2016

população⁴, logo, o gasto se mostra abaixo proporcionalmente e insuficiente para retirar as crianças de situação de vulnerabilidade. Apesar de o OCA ter apresentado um crescimento ao longo dos anos, o orçamento total cresceu de forma parecida, o que mantém o peso sem muitas variações.

Em relação às áreas de atuação, percebe-se que a Educação sempre representa a maior parcela – em média, 73% – da despesa com crianças e adolescentes, visto que grande parte do gasto educacional é direcionada exclusivamente para essa parcela da população. Em seguida, encontra-se a Saúde, com 24%, que apesar de possuir um peso no orçamento total semelhante ao da Educação, não é direcionada exclusivamente às crianças e adolescentes.

Por último, a Assistência Social, área que já possui um peso significativamente menor no orçamento em relação às outras áreas consideradas na metodologia e representa discretos 3% do OCA. Assim, como na maioria dos municípios do Brasil, o gasto social para combater os efeitos da desigualdade social e a concentração de renda é ínfimo.

O OCA em Ações

Nos anos de 2012 e 2016, o FPO realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar quais eram as principais demandas do OCA no município do Rio de Janeiro. Para tanto enviamos questionários que continham um rol de ações⁵ pertencentes ao OCA aos conselheiros tutelares e conselheiros de direito de diversas localidades da cidade, os quais selecionaram as ações que consideraram prioritárias para o desenvolvimento saudável e digno das crianças e adolescentes cariocas.

Gráfico 2 - Despesas com as ações escolhidas em 2012



Fonte: Prestação de Contas 2012-2016 e Portal Rio Transparente 2017.

Em 2012, as ações eleitas pelos conselheiros tutelares foram: Reforma de unidades hospitalares; Obras e equipamentos para redes de ensino; Implantação de Escolas do Amanhã e Enfrentamento ao uso do crack. Ao analisar seu histórico recente foi possível notar que, nos últimos cinco anos, os gastos com estas ações apresentaram uma trajetória decrescente, como mostra o gráfico 2.

Durante o período examinado, percebeu-se que a reforma em unidades hospitalares teve uma queda de 76% em seu orçamento até o final de 2016. E o reflexo disso pode ser visto quando verificamos o cumprimento das metas propostas pelo governo para essa área. Estavam previstas a construção, ampliação ou reforma de 35 unidades hospitalares, mas de fato apenas oito unidades tiveram algum tipo de obra realizada.

Quanto às ações de educação, observou-se uma tendência similar, sendo que a implantação de Escolas do Amanhã teve uma queda de gastos de 98,6%, se comparado a 2012. Todavia, é vá-

lido ressaltar que a meta prevista para a implantação de 155 escolas foi cumprida, atingindo assim o objetivo desse projeto. Em relação às obras e equipamentos para a rede de ensino, observou-se uma diminuição de cerca de R\$ 93 milhões, já para 2018 a previsão é que sejam gastos R\$ 25 milhões, valor esse superior ao liquidado até novembro de 2017. As metas referentes a esta ação evidenciam a trajetória decrescente dessa despesa, tendo em vista que o realizado manteve-se aquém do planejado e apenas 68% das metas foram efetuadas.

Os dispêndios com enfrentamento ao uso do crack permaneceram em torno de R\$ 5,4 milhões, com destaque para o ano de 2013, em que o referido gasto foi nulo. As metas também se mantiveram abaixo do esperado, pois era previsto que 343 crianças e adolescentes fossem acolhidos, mas somente 231 foram assistidos.

No ano de 2016, foram escolhidas as ações: Ampliação de Clínicas da Família; Gestão escolar;

Ampliação de vagas em creche e pré-escola e Ampliação do atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. E como evidencia o gráfico 3, as despesas com estas ações oscilaram no período em questão.

A despesa com a ampliação de clínicas da família manteve uma média de R\$ 40,2 milhões, mas de 2016 para 2017, houve uma queda significativa de 99%, visto que até novembro, foram destinados apenas R\$ 25 mil para esta finalidade. Durante esse cinco anos, estavam previstas a construção, ampliação ou reforma de 90 unidades de saúde da família; no entanto, 49 tiveram obras realizadas.

No que diz respeito à gestão escolar, foi observado que houve uma diminuição nos gastos com essa ação no montante de R\$ 92 milhões, provavelmente devido a uma mudança na forma de contabilizar esse gasto. Já a ampliação de vagas em creche e pré-escola manteve uma trajetória ascendente; entretanto, em 2017 notou-se uma queda significativa de

aproximadamente R\$ 201,5 milhões quando confrontado com o ano anterior. Nesse contexto, é importante ressaltar que, mais uma vez, o realizado pela prefeitura foi inferior ao previsto: a meta era construir 235 Espaços de Desenvolvimento Infantil, mas houve somente a construção de 141 unidades.

No que concerne à assistência social, a despesa com a ampliação do atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social permaneceu por volta de R\$ 82,8 milhões. Diferentemente das anteriores, o número de atendimentos efetuados foi 7,3% maior que o previsto.

Ademais, é essencial associar a trajetória dessas ações a alguns indicadores sociais do município do Rio de Janeiro. Neste sentido, é válido destacar que, durante o pe-

ríodo em questão, a taxa de mortalidade infantil na cidade teve um aumento de 0,04%; por mais que seja um crescimento sutil, torna-se significativo num contexto em que o gasto com ações de saúde está diminuindo.

Quanto à educação, podemos ressaltar a manutenção dos patamares do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Entre 2011 e 2015, a nota do 5º ano do Ensino Fundamental saiu de 5,4 para 5,6, enquanto a nota do 9º ano caiu de 4,4 para 4,3. A manutenção deste índice em níveis baixos também pode refletir a diminuição nos gastos das ações ditas como prioritárias na área de educação, tanto no ano de 2012, quanto em 2016.

Considerações Finais

Com a participação de alu-

nos, docentes do IE/UFRJ e comunidade em geral interessados na questão orçamentária municipal, foi possível traçar o histórico do OCA no Rio e assim, construir uma análise que pode servir como base técnica para novas demandas sociais que busquem a melhoria da condição das crianças e adolescentes na cidade.

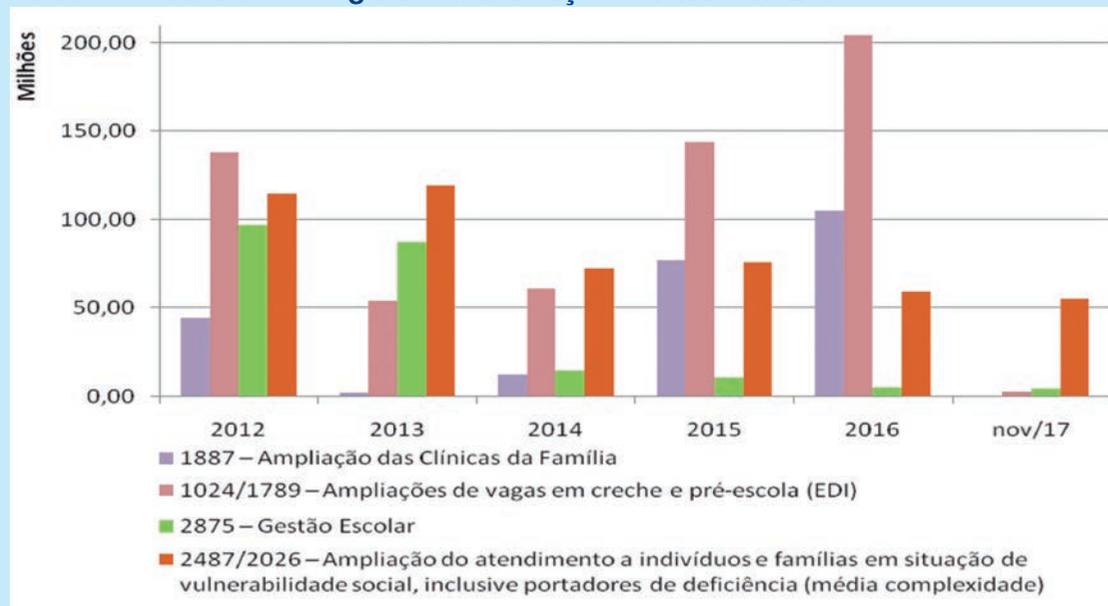
Ao observarmos os dados e já conhecendo o cenário carioca, percebemos que a dificuldade do Poder Público em cumprir com o necessário para crianças e adolescentes é uma constante. Desde 2002, o que se vê são poucas mudanças no âmbito do gasto com crianças e adolescentes. Entre os três prefeitos que passaram pela gestão da cidade nesse período, nenhum foi capaz de provocar mudanças na situação preocupante em que grande parte das crian-

ças se encontra.

Analisando o OCA na ótica do que é tido como prioridade para os conselheiros, notamos que estas ações não receberam a devida importância por parte dos governantes, tendo em vista suas trajetórias de gastos decrescentes. Era de se esperar uma queda das despesas em 2017, visto que houve uma diminuição da receita municipal; a questão é que algumas áreas consideradas essenciais tiveram cortes proporcionalmente maiores do que a queda da receita. E isso está sendo refletido nos indicadores sociais do município.

Tais evidências demonstram que é de suma importância que novos agentes sociais acompanhem o orçamento público. Assim, projetos como o realizado pelo IE/UFRJ criam novas possibilidades e caminhos para a implementação e o monitoramento de políticas públicas.

Gráfico 3 – Histórico do gasto com as ações eleitas em 2016



Fonte: Prestação de Contas 2012-2016 e Portal Rio Transparente 2017.

1 Índice de Preços ao Consumidor-Amplio – Especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 FUNDAÇÃO ABRINQ; INESC; UNICEF. *De Olho no Orçamento Criança: Atuando para priorizar a criança e o adolescente no orçamento público*. São Paulo, 2005.

3 A função representa o maior nível de agregação da despesa governamental, seguida pela subfunção, que representa uma partição da anterior.

4 Principais Indicadores da Infância e Adolescência – Fundação Abrinq (<http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cenario-2017-PDF.pdf>)

5 Última subdivisão do Programa de Trabalho e demonstra o objetivo mais específico do gasto em questão. Pode ser dividida em atividades, projetos ou operações especiais.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121) Para mais informações acesse: www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj

Coordenação: Luiz Mario Behnken e Bruno Lopes. Assistentes: Est. Bruno Lins e Est. Hellen Machado. Colaboração da Est. Thamyris Meirellis. Alunos de extensão: Aline Muniz, Bruno Henrique, Cátia Ferreira, Gustavo Peroba, Francisco Júnior, João Lucas Gemmal, Marcos Monteiro, Nina Sâ e Yasmin Hughes.

Corecon-RJ oferece cursos em 2018 para aprimorar a formação profissional de economistas e graduandos em Economia

■ Com tradição de 40 anos, o curso “Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) 2018” conta com carga horária de 521 horas, a maior em cursos com aulas presenciais da Região Sudeste. Os valores são acessíveis e as aulas serão ministradas por doutores e mestres, todos com vasta experiência acadêmica.

Nosso aluno revê toda a matéria da graduação, desde Pré-Cálculo e Cálculo a Macroeconomia, Economia Brasileira, Microeconomia e Estatística, incluindo Econometria. Além disso, participa de simulados gratuitamente e tem acesso, semanalmente, à monitoria para tirar suas dúvidas em até duas disciplinas. As aulas começarão em 15/1/2018 e devem terminar em 21/9/2018, perto da data do exame. O local das aulas é a sede do Corecon-RJ, na Avenida Rio Branco, nº 109, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro.

O horário é de segunda a sexta, de 18h30 a 21h30 e, em alguns sábados, de 9h a 12h30. Outras informações podem ser obtidas em www.corecon-rj.org.br/agendados, pelos telefones 21-2103-0118 e 2103-0119 e e-mail [cursos@corecon-rj.org.br](mailto: cursos@corecon-rj.org.br).

Visão estratégica

Além do preparatório para Anpec, o Corecon-RJ abriu inscrições para o curso “Os Cenários Econômicos e os Impactos na Estratégia de Negócios”, a ser realizado a partir de 1/3/2018, todas as quintas às 18h30. Com 15 horas de carga horária, as aulas serão proferidas pelo economista e professor João Teixeira de Azevedo Neto. O mestre trabalhou em cargos de direção e gestão em empresas nacionais e multinacionais como IBM Brasil, IBQN, Petroflex e ILOS.

As aulas objetivam construir uma estratégia de negócio focada em cenários internos e externos, com grande ênfase no cená-

rio econômico, acompanhado dos demais cenários do mercado, incluindo tecnologia e seus processos. O objetivo é auxiliar o aluno a compreender e saber aplicar os conceitos de planejamento e controle por meio de indicadores de gestão utilizados pelas grandes empresas. Para tanto, é necessário que os profissionais conheçam as ferramentas e os conceitos de uma estratégia de negócios e como eles podem ser traduzidos em planos e projetos organizacionais. O curso é fundamental e muito necessário para economistas e futuros líderes que têm, ou terão, como missão buscar resultados mais eficazes, aprendendo a trabalhar com as variáveis de mercado, passando por cenários econômicos, estratégias e modelos de gestão usados pelas melhores empresas.

Biblioteca

Outra novidade é a ampliação dos convênios da Biblioteca Egi-

nardo Pires, que funciona ao lado da Secretaria de Cursos, no 16º andar do prédio da sede do Corecon-RJ. Economistas registrados e graduandos de Economia registrados podem solicitar empréstimos de publicações não existentes dentro do acervo do Corecon-RJ. Estão disponíveis títulos das bibliotecas do BNDES, Cefet, Centro Celso Furtado, ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) – Biblioteca Rio; FGV – Biblioteca Mario Henrique Simonsen, Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), Funenseg (Escola Nacional de Seguros) – Biblioteca Ivan da Motta, Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), PUC-Rio, Uerj – Rede Sirius e UFF. Cabe aos economistas respeitarem os prazos de devolução estabelecidos pelas bibliotecas fornecedoras. Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail biblioteca@corecon-rj.org.br e telefone (21) 2103-0124.

Agenda de cursos do 1º semestre de 2018

Introdução à Economia Política em Smith, Ricardo e Marx – Módulo I
9/1 a 27/2/2018 | Carga horária: 39 horas
18h45 às 21h45 | terças e quintas
Prof. Marco Antônio M. Coutinho

Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2018
15/1 a 21/9/2018
Carga horária: 521 horas
18h30 às 21h30 de segunda a sexta e alguns sábados das 9h às 12h30

Os Cenários Econômicos e os Impactos na Estratégia de Negócios
1 a 29/3/2018
Carga horária: 15 horas
18h30 às 21h30 | quintas
Professor João Teixeira de Azevedo Neto

Gestão Financeira
5/3 a 18/4/2018 | Carga horária: 42 horas | 18h30 às 21h30 | segundas e quartas | Professor Danilo Rennó

Economia e Mobilidade Urbana Sustentável
5/4 a 3/5/2018 | Carga horária: 15 horas
18h30 às 21h30 | quintas
Professora Natália G. de Moraes

Matemática Financeira com HP 12C e Excel
2/5 a 4/6/2018 | Carga horária: 30 horas
18h30 às 21h30 | segundas e quartas
Professor Raul Murilo Chaves Curvo

Perícia Econômica
12/6 a 13/11/2018 | Carga horária: 69 horas | 18h30 às 21h30 | terças
Professor Roque Dircêo Licks

anpec

Atualização em Economia: Preparatório para o exame anpec 2018 - 521 horas



Material incluso | Café | Data show | Biblioteca | Certificado | Desconto *
Jan a Set /2018 | 2ª a 6ª feiras 18h30 às 21h30 | Alguns sábados 09h às 12h30

INFORMAÇÕES:
Secretaria de Cursos
cursos@corecon-rj.org.br
Av Rio Branco 109/16º
Tel.: 21-2103-0118
<http://www.corecon-rj.org.br/agendados>
* Completo, à vista, até dez/2017

Realização
CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA